

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pela autora Ana Luiza Aureliano Silva para disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Referência

CARDOSO, Suenne Gomes et al. Os programas de assistência estudantil e a equidade de ensino na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. In: ENCUENTRO INTERNACIONAL LA FORMACIÓN UNIVERSITARIA Y LA DIMENSIÓN SOCIAL DEL PROFESIONAL, 5., 2021, Córdoba. **Anais** [...]. Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2021. p. 822-842. Tema: Hábitat, ciudadanía y participación. Disponível em: https://0fce024f-6784-49dc-8b96-1329d6dd0fa3.filesusr.com/ugd/e66e11_9cf3ad30ba0a4cce9c0cf843fd1d7d2f.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

OS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A EQUIDADE DE ENSINO Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Eje/Eixo Temático 3

Suenne Gomes Cardoso
Thaylla Santos Damasceno
Liza Maria Souza de Andrade
Ana Luiza Aureliano Silva
Universidade de Brasília - UnB

Resumo

No âmbito do projeto “Precisamos falar sobre o ensino da FAU”, contemplado pelo Edital Vida Estudantil (Edital DEG/DEX/DAC nº. 20/2018), este artigo trata da situação dos estudantes pertencentes à política do PNAES, e tem por objetivo analisar o programa, captar o perfil do estudante da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília (FAU-UnB), compreender as dificuldades que os alunos vulneráveis socioeconomicamente enfrentam, destacar os principais problemas e propor alternativas que possam melhorar o ensino e as metodologias atualmente aplicadas na FAU-UnB. Busca-se ainda identificar no ensino de Arquitetura e Urbanismo formas para promoção de equidade na graduação. Inspirada na pedagogia freireana, a pesquisa busca um compromisso com a inovação na educação (PACHECO, 2019) e caminhos para uma educação libertadora (FREIRE, 1992). Com o objetivo de compreender como se dá a metodologia de ensino da FAU UnB na perspectiva do estudante, e como ela afeta a vida dos alunos em situação de vulnerabilidade, foi elaborado um questionário que contou com 181 respostas. Como resultado, percebeu-se que, embora exista um avanço em relação às políticas de incentivo ao ingresso de estudantes em situação de vulnerabilidade na universidade, as políticas de assistência para a permanência desses estudantes na universidade nem sempre são suficientes. No contexto da FAU/UnB, a tradicional elitização do ensino de arquitetura e urbanismo, se torna um dos agravantes para a permanência desses alunos no curso.

Palavras-chave: **PNAES, assistência estudantil, ensino, arquitetura e urbanismo, protagonismo estudantil.**

Resumen

En el ámbito del proyecto “Precisamos hablar sobre la enseñanza de la FAU”, contemplado por el “Edital Vida Estudiantil” (Edital DEG / DEX / DAC nº 20/2018), este artículo trata de la situación de los estudiantes que pertenecen a política del PNAES, y tiene como objetivo analizar el programa, captando el perfil del

estudiante de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Brasilia, entendiendo las dificultades que enfrentan los estudiantes socioeconómicamente vulnerables, destacando los principales problemas y proponiendo alternativas que pueden mejorar la enseñanza y las metodologías que se aplican actualmente en FAU/UnB. También identificar formas en la enseñanza de Arquitectura y Urbanismo para ascender la equidad en los cursos de graduación. Inspirada en la pedagogía de Freire, la investigación busca un compromiso con la innovación en la educación (PACHECO, 2019) y caminos hacia una educación liberadora (FREIRE, 1992). Para comprender cómo se desarrolla la metodología de enseñanza de la FAU/UnB desde el punto de vista del alumno, y cómo afecta la vida de los alumnos en situaciones de vulnerabilidad, se desarrolló un cuestionario con 181 respuestas. Como resultado, se percibió que, aunque existe un avance en relación con las políticas para incentivar el ingreso de estudiantes en situación de vulnerabilidad a la universidad, las políticas de asistencia para la permanencia de estos estudiantes en la universidad ni siempre son suficientes. En el contexto de FAU/UnB, la tradicional elitización de la enseñanza de la arquitectura y el urbanismo se convierte en uno de los agravantes para la permanencia de estos estudiantes en el curso.

Palabras clave: **PNAES, asistencia al estudiante, docencia, arquitectura y urbanismo, liderazgo estudiantil.**

Introdução

Este artigo apresenta uma pesquisa no âmbito da educação, sobre o método de ensino de Arquitetura e Urbanismo, tendo como estudo de caso a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Disserta sobre o ensino da FAU-UnB e a sua efetividade em relação aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica do PNAES - Plano Nacional de Assistência Estudantil, o qual tem como finalidade reparar as desigualdades sociais de ingresso no ensino superior, criar condições de permanência, melhorar a qualidade de vida e a trajetória acadêmica do estudante. No caso da FAU - UnB, por vezes, a permanência no curso está associada à disponibilidade de recursos diversos dos quais depende o andamento dos trabalhos executados nas disciplinas. Esse fato, associado à diversidade socioeconômica encontrada entre os estudantes acaba se tornando um obstáculo na jornada acadêmica de muitos deles.

Pretende-se, portanto, destacar a perspectiva dos estudantes a respeito da metodologia de ensino atualmente utilizada no curso de Arquitetura e Urbanismo da UnB, discorrer sobre as questões envolvidas na trajetória acadêmica dos estudantes e propor alterações na metodologia de ensino de acordo com a opinião dos alunos. Esta pesquisa teve como ponto de partida o Ensaio Teórico elaborado pela estudante da FAU-UnB Bárbara Letícia Brasil (BRASIL, 2016), sob orientação da professora Liza Andrade, o qual aborda várias questões sobre o Projeto pedagógico da Faculdade e o método de ensino utilizado pela mesma de acordo com a visão dos alunos.

De acordo com Brasil (2016), é possível observar a inconformação dos alunos a respeito do método de ensino atualmente utilizado, compreendendo que o mesmo não considera a variedade de estudantes que compõem o corpo discente da FAU-UnB (BRASIL, 2016). Em conformidade com o perfil socioeconômico desses alunos, esta pesquisa procura atualizar e avançar sobre análise das demandas e dos problemas existentes e trazer medidas que possam ser implementadas no ensino da FAU, com foco no aluno de assistência estudiantil, entendendo as diferenças entre

cada indivíduo e objetivando a humanização do ensino.

Atualmente tem se destacado a importância de falarmos sobre o ensino da Faculdade de arquitetura, não somente falar sobre, mas também contribuir para promover mudanças no método tradicional, rompendo com padrões arcaicos de ensino, como ter o professor como detentor do saber, e transmissor da sabedoria para os demais em seu lugar de detentor do conhecimento. Segundo a Associação Brasileira de Ensino em Arquitetura e Urbanismo – ABEA (2008), é necessário que ocorram mudanças nos planos curriculares da faculdade de arquitetura, visto que o ensino já não é mais eficiente e a profissão já não é mais vista da mesma forma de quando foram criadas as diretrizes curriculares, quando o profissional trabalhava para uma certa parcela da sociedade (ABEA, 2008).

O profissional de arquitetura deve atender às demandas da sociedade em geral, e não apenas de uma parcela. No ano de 2008, em um encontro com a temática “Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo: do Projeto Pedagógico às Atribuições Profissionais” a Associação Brasileira de Ensino em Arquitetura e Urbanismo - ABEA, trouxe o debate sobre a inserção da extensão curricular, justamente para colaborar para o rompimento com essa visão da profissão, incentivando a integração entre Universidade-Sociedade, para que as pessoas pudessem conhecer melhor a função do arquiteto e urbanista (ABEA, 2008). O grande desafio é apresentar essa integração de maneira efetiva em um contexto no qual as escolas de arquitetura, muitas vezes não se abrem para novas formas de ver e ensinar a profissão.

A FAU-UnB vem demonstrando a necessidade de mudança, não somente no método de ensino como em toda a grade curricular. De acordo com Brasil (2016), é possível identificar na perspectiva do aluno, certas lacunas deixadas pela metodologia de ensino atualmente utilizada (BRASIL, 2016). É importante destacar que essa pesquisa foi realizada no ano de 2016, com alunos que já estavam matriculados na FAU, e que o aumento de alunos cotistas na Universidade de Brasília ocorreu a partir do ano de 2015 (DDS, 2018). Por esse motivo, não foram observadas informações e respostas de alunos pertencentes aos programas de assistência estudantil, uma vez que grande parte dos alunos que acessam os benefícios do programa adentram a universidade através do sistema de cotas.

O sistema de cotas que tem como finalidade reparar as desigualdades sociais de ingresso no ensino superior, criar condições que contribuam para a permanência dos alunos nas instituições de ensino, melhorar a qualidade de vida e conseqüentemente melhorar a trajetória acadêmica, tem mudado o perfil dos alunos também na Faculdade de Arquitetura, gerando mais oportunidade de pessoas vulneráveis socialmente adquirirem conhecimento e se especializarem em uma área de conhecimento historicamente elitista. Uma oportunidade que conseqüentemente transforma o profissional para o mercado de trabalho, principalmente pelo fato de a vivência individual interferir diretamente na formação profissional. Nesse contexto vale ressaltar que o sistema de cotas proporciona que cada vez mais pessoas das mais variadas regiões e condições sociais tenham acesso à profissão de Arquiteto e Urbanista, profissão que tem um papel importantíssimo de mudança social e da estrutura da cidade.

Diante desse contexto esta pesquisa tem como uma de suas finalidades, obter informações de acordo com a perspectiva do aluno em situação de vulnerabilidade a respeito do ensino na FAU. É importante nos voltarmos para questionamentos como: será que a Faculdade está cumprindo o papel social de ensinar arquitetura de forma a garantir que os egressos sejam futuros profissionais responsáveis e preparados para

exercer a função com prestação de serviço para qualquer pessoa, independente da classe social ou meio inserido? O debate proposto no âmbito desta pesquisa, perpassa a necessidade de uma construção coletiva de saberes, que busque o compromisso com a inovação na educação (PACHECO, 2019) e uma educação libertadora (FREIRE, 1987), que entende o aprender como prática política, considerando o contexto de vida dos estudantes, não generalizando as ações, e buscando no convívio e na troca com a sociedade, parâmetros para um ensino e um aprendizado mais humanos e dinâmicos.

Este artigo tem por objetivo trazer a reflexão sobre o impacto do atual modelo de ensino da FAU-UnB na vida acadêmica dos alunos em vulnerabilidade socioeconômica que ingressam na Universidade. Portanto, a função da pesquisa é de compreender a vivência dos alunos e propor novas formas de ensino e medidas de assistência estudantil que proporcionem equidade no ensino. Como a inclusão destes alunos está sendo realizada pela instituição de ensino e como ressignificar o ensino de arquitetura para que seja acessível para todas as classes sociais? Com base nessa problemática, busca-se compreender: como está o ensino na FAU-UnB segundo os alunos pertencentes ao programa de assistência estudantil?

Para o embasamento teórico, o primeiro momento de pesquisa consistiu em leituras temáticas para consolidar os argumentos e compreender novas metodologias, propor estratégias para melhoria do ensino na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UnB, de acordo com as demandas dos alunos, entendendo as particularidades e individualidades de cada aluno, compreendendo o contexto em que estão inseridos. Nessa fase foi organizado o evento: “I Encontro sobre Educação em Arquitetura e Urbanismo”, com o objetivo de gerar um diálogo entre os discentes e docentes a respeito de novas propostas de metodologia para a educação, e apresentar a vasta experiência de José Pacheco no âmbito da educação. Foram ainda apresentados trabalhos elaborados por grupos de extensão da FAU-UnB.

No segundo momento realizou-se um levantamento referente aos programas especiais para estudantes como as Diretrizes do MEC para melhor compreensão de como está a divisão e os parâmetros do curso de arquitetura e Urbanismo, as diretrizes do CAU a respeito do ensino de arquitetura e o PNAES para compreender no que consiste o programa e quais os seus objetivos e destacar a importância deste programa, uma vez que alguns estudantes da universidade desconhecem a sua existência.

De acordo com uma pesquisa realizada no Campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília pelo departamento de estatística, no ano de 2017 foi identificado que boa parte dos universitários não possuía conhecimento a respeito do PNAES (DDS, 2017). Durante a pesquisa foram entrevistados 1.706 estudantes do campus, e destes mais de 21% nunca ouviram falar da DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social, e quase 25% não sabiam dos programas oferecidos, o que totaliza mais de 46% de não conhecimento das ofertas da Assistência Estudantil da UnB, de acordo com o relatório de gestão da DDS (Idem).

No terceiro momento da pesquisa, elaborou-se um questionário com a finalidade de captar o perfil do estudante de arquitetura e suas particularidades, as questões envolvidas desde o primeiro contato dos estudantes com o PNAES, o processo seletivo, perguntas específicas de acordo com a relação dos alunos com o ensino de arquitetura e urbanismo, para a compreensão do quanto esse ensino está sendo eficaz, e quais as maiores dificuldades dos alunos com o método atualmente utilizado, com foco em alunos de vulnerabilidade social participantes do Programa de Assistência estudantil da Universidade. O questionário foi elaborado na plataforma

Google Forms, com perguntas baseadas nas diretrizes curriculares do MEC e documento do PNAES.

No quarto momento realizou-se a compatibilização de dados coletados nas etapas anteriores, com objetivo de compreender a problemática no ensino da FAU-UnB, e a partir dessa resposta gerar produtos, como este artigo, que podem servir de parâmetro para mudança curricular na FAU UnB e em outras instituições de ensino que objetivem melhor atender estudantes de vulnerabilidade socioeconômica.

As Políticas de Assistência Estudantil nas Universidades

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), foi criado em 2008 durante o governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pela Portaria Normativa n. 39, de 12 de dezembro de 2007, do Ministério da Educação (MEC). Tem por finalidade proporcionar a permanência de alunos de camadas sociais inferiores no ensino superior público e melhorar a qualidade do desempenho acadêmico de tais alunos para diminuição da evasão. O PNAES abrange instituições federais de ensino superior, bem como Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, nas áreas de ensino, pesquisa e educação, e tem como objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES: I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010).

O plano, tem como finalidade reparar as desigualdades sociais de ingresso no ensino superior, criar condições que contribuam para a permanência dos alunos nas instituições de ensino, melhorar a qualidade de vida e conseqüentemente melhorar a trajetória acadêmica, e estimular as entidades Federais a se posicionarem quanto a isso. O Brasil é um País de acentuada desigualdade social, está entre os dez países mais desiguais do mundo, segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano elaborado pelo Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD, 2019). Como forma de reduzir essas desigualdades, durante os anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), foram criados diversos programas assistenciais, a exemplo do Programa Minha casa Minha Vida e do programa Bolsa Família. Também nesse contexto o PNAES foi conquistado por meio de luta e esforços coletivos que envolveram dirigentes, professores e a classe estudantil.

Vale ressaltar que os critérios e a metodologia de seleção de alunos para receberem os benefícios estipulados pelo decreto, cabe à própria instituição de ensino e varia de uma instituição para a outra. Na seleção, são considerados aptos a participar dos programas prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, em todos os casos. As ações de assistência estudantil devem abranger as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche; apoio psicológico, acesso, participação e aprendizagem de pessoas com deficiência, transtornos de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010)

É evidente que a educação no Brasil, mais especificamente a educação superior tem conseguido alcançar uma maior diversidade de estudantes, realidades distintas que antes não eram contempladas, devido a vários fatores incluindo, a falta de estrutura das cidades. Segundo Michely Vargas (2008), a desigualdade de

acesso à cultura e educação cria necessidades específicas para os estudantes, o que influencia diretamente na trajetória acadêmica, especialmente no que diz respeito à estudantes de baixa renda “seja através da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, seja pela necessidade de conciliar estudos e trabalho.” (VARGAS, 2008, p. 50).

Uma das principais conquistas na luta pela democratização do ensino superior, foi a criação e ampliação da Política de Cotas nas Universidades Federais. A Universidade de Brasília foi a segunda do país a adotar o sistema de cotas no ano de 2004, e a pioneira em adotar o sistema de cotas raciais, antes mesmo da Lei de Cotas (2012) ser estabelecida. A Política de cotas, Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, após algumas Universidades adotarem o modelo de seleção, foi estabelecida para que fosse criado um padrão para todas as outras instituições Federais.

A Lei de Cotas tem o objetivo de garantir a equidade no acesso ao ensino superior brasileiro, e busca diminuir a desigualdade socioeconômica e educacional na admissão de alunos nas Universidades Federais do país. Visando uma reparação histórica necessária, essa política é uma das formas que o Estado brasileiro encontra para compensar a desigualdade estabelecida no país, fruto de um período em que foi negado para uma parcela da sociedade (negros e indígenas), uma série de direitos, dentre eles o direito à educação. Essa Lei, busca garantir que jovens de áreas marginalizadas das cidades, que não possuem a mesma oportunidade que outros, tenham acesso à educação superior pública e de qualidade.

A política de cotas é primordial para a construção de uma democratização do ensino e garantia do direito básico à educação, assegurando que todas as classes sociais possam ter oportunidade para o acesso, permanência e diplomação no ensino superior, e conseqüentemente mais oportunidades no mercado de trabalho. Arelado a isso, é primordial que além de um sistema que por meio da Lei de cotas, que reserva 50% das vagas por turma para alunos cotistas, negros indígenas, e pessoas com vulnerabilidade socioeconômica, fosse criado um sistema que garantisse a permanência destes alunos na Universidade.

Com base nessa necessidade, a PNAES surge como amparo a esses estudantes, garantindo a efetividade da Lei de cotas. No caso específico da UnB, iniciativas criadas no âmbito do PNAES, buscam fornecer auxílios como: alimentação gratuita no restaurante universitário, desconto de livros em livrarias vinculadas à Universidade, auxílio permanência com uma bolsa mensal para custear gastos do curso, auxílio moradia para alunos que não moram na cidade em que o Campus está localizado, como também vagas de moradia no próprio Campus, auxílio creche para ajudar alunos que têm filhos a continuarem a estudar, auxílio transporte para alunos que moram em áreas próximas ao DF e que não tem o direito ao Passe Livre Estudantil, acompanhamento psicológico, entre outros incentivos.

O PNAES após a EC 95 (PEC 241)

É importante salientar que a Lei de Cotas, não tem a efetividade esperada, se o Programa de Assistência estudantil não estiver cumprindo o seu objetivo. No entanto, no ano de 2016, a contenção dos gastos destinados às Universidades Federais, proveniente da aprovação da PEC 241¹ Proposta de Emenda Constitucional apresentada pelo então Presidente Michel Temer, que determinou um teto para

1 PEC 241 que virou Emenda Constitucional 95, após a sua aprovação.

gastos públicos destinados à saúde e educação, ocasionou uma diminuição no orçamento não somente da Universidade de Brasília como de todas as Universidades Federais do País. Com a aprovação da PEC 241, a vigente Emenda Constitucional 95, a UnB sofreu cortes no orçamento repassado pelo MEC. Desde então a UnB, tem feito manobras para dar continuidade em seu funcionamento, no ano de 2018 foram demitidos aproximadamente 500 funcionários terceirizados - porteiros, guardas, funcionários de serviços gerais, como estratégia de contenção de gastos (Fig. 1).

G1

DISTRITO FEDERAL

Crise da UnB: após cortes, 132 terceirizados da limpeza são demitidos nesta quarta

Sindicato calcula mais 500 demissões apenas nos últimos 10 dias. Trabalhadores decidiram manter greve iniciada há três semanas.

Por Marcelo Cardoso*, G1 DF
16/05/2018 20h11 - Atualizado há 2 anos



Funcionários limpam subsolo do ICC, principal prédio da UnB no campus do Plano Piloto, que ficou alagado em alguns pontos após chuva desta quarta (17) — Foto: Paulo Castro / UnB Agência

Figura 1: Funcionários limpam subsolo do ICC, principal prédio da UnB no campus do Plano Piloto, que ficou alagado em alguns pontos após chuva. Fonte: Portal Globo - G1 DF (2018). Foto: Paulo Castro / UnB Agência. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/crise-da-unb-apos-cortes-132-terceirizados-da-limpeza-sao-demitidos-nesta-quarta.ghtml>. Acesso em março 2021.

Os repasses para o custeio dos programas de assistência estudantil, também foram afetados pelos cortes no orçamento e conseqüentemente a efetividade do Programa da UnB foi reduzida. Não foram realizados novos relatórios de gestão para os anos de 2018 e 2019 a respeito da efetividade e alcance dos programas de assistência estudantil, como vinha sendo feito nos

anos anteriores, entretanto, é possível fazer uma análise da quantidade de bolsas oferecidas versus a demanda pelas mesmas, baseada nos editais da DDS - Diretoria de Desenvolvimento Social, responsável pelo processo seletivo dos alunos, nos anos de 2018 e 2019. De acordo com a tabela apresentada na Figura 2, pode-se observar a quantidade de alunos que solicitaram os três auxílios oferecidos, em relação a quantidade de alunos contemplados.

PERÍODO	Auxílio Socioeconômico (graduação)		Auxílio Moradia (Graduação)		Auxílio Creche (Graduação)	
	Selecionados	Inscritos	Selecionados	Inscritos	Selecionados	Inscritos
1º semestre 2018	206	1346	101	381	10	41
2º semestre 2018	230	1202	150	350	11	32
TOTAL 2018	436	2548	251	731	21	73
1º semestre 2019	183	1026	109	325	10	30
2º semestre 2019	350	1147	160	380	1	23
TOTAL 2019	533	2173	269	678	11	53

Figura 2: Quadro de alunos pertencentes aos Programas de Assistência Estudantil nos anos de 2018 e 2019. Fonte: Elaboração própria a partir de dados da página oficial da DDS UnB.

No ano de 2019, no programa de Auxílio Socioeconômico, 2.173 alunos se inscreveram para participar do processo seletivo, 149 não foram considerados aptos para participar do programa, e dos 2.024 restantes apenas 533 foram contemplados (DDS, 2019). No programa de Moradia estudantil, 678 alunos se inscreveram para participar do processo seletivo e 234 não foram considerados aptos para participar do programa, e dos 444 restantes, 269 foram contemplados (Idem). No programa de auxílio creche 53 alunos se inscreveram para participar do processo seletivo, 9 alunos não foram considerados aptos para participar do programa, e dos 44 restantes, apenas 11 alunos foram selecionados (Ibidem). Somente no ano de 2019, 1.677 alunos que se enquadravam no perfil de vulnerabilidade social, deixaram de receber algum benefício por falta de vagas nos programas.

É inegável que os repasses direcionados aos programas de Assistência Estudantil foram reduzidos. De acordo com a tabela, verifica-se que a quantidade de alunos que necessitam dos auxílios para garantir a permanência na Universidade cresce a cada ano, isso comprova a necessidade da continuidade e maior investimento nesses programas, principalmente pelo fato de que sem a assistência muitas vezes o aluno não consegue dar continuidade à graduação.

A política de cotas nas Universidades Federais continua em vigor e os alunos vulneráveis socialmente continuam a ingressar nas universidades, entretanto, o incentivo de permanência para esses estudantes têm sido suprimido, principalmente pela falta de recursos, visto que devido à contenção de gastos na educação, o repasse utilizado para custear os programas de assistência estudantil não está sendo suficiente, ocasionando a redução de vagas oferecidas pelo programa.

Inserção do aluno no programa PNAES: Edital, o processo seletivo e a perspectiva do aluno participante da seleção.

A inserção dos alunos nos programas de Assistência Estudantil é realizada por processo seletivo, de acordo com editais elaborados e regidos pela Diretoria de Desenvolvimento Social - DDS, e Decanato de Assuntos Comunitários – DAC. Esses departamentos são responsáveis pelo planejamento, implantação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade de Brasília. De acordo com sua regulamentação, o principal objetivo da Diretoria é promover assistência estudantil como direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso.

O processo seletivo acontece por meio de uma avaliação socioeconômica realizada em um portal online da Diretoria de Desenvolvimento Social, onde é realizada a avaliação do perfil do estudante, identificando se esse está em estado de vulnerabilidade socioeconômica e precisa dos recursos oferecidos pelo Programa. Durante a avaliação online, o aluno deve anexar documentos que comprovem seu estado de vulnerabilidade, como: declaração de renda familiar, comprovantes de residência, comprovantes de participação em programas sociais, quantidade de membros familiares, entre outras informações. Baseado no resultado da avaliação, os estudantes são classificados por ordem de menor renda familiar per capita. Quanto menor o número de classificação no estudo socioeconômico, maior a necessidade do estudante de participar dos programas oferecidos. Após a aprovação do estudante como pertencente ao Programa de Assistência Estudantil, o aluno se candidata para os programas específicos que deseja participar, onde novamente participa de uma

seletiva de acordo com o resultado do seu estudo socioeconômico. O estudante participante do processo seletivo é responsável pelo envio dos documentos, e também pelo acompanhamento dos resultados dos programas, sendo convocado a assinar termo de responsabilidade que atesta a sua participação como aluno com perfil de vulnerabilidade socioeconômica, e apto a participar dos programas oferecidos pela DDS.

De acordo com exposições de estudantes a respeito do processo seletivo, existem alguns entraves que tornam a participação no processo ainda mais difícil. Alguns estudantes relatam ter dificuldades com a documentação exigida pelo edital, devido à complexidade dos documentos exigidos. Um exemplo é a obrigatoriedade de declaração de renda familiar, mesmo que os pais não residam juntos, como disse uma aluna, em uma roda de conversa sobre a assistência estudantil da UnB (2018), que não conseguiu fazer parte do programa e teve que trabalhar para custear a sua moradia:

“meus pais moram em São Paulo e não concordam com a minha vinda para Brasília, e não me ajudam financeiramente, mas para a DDS não sou aluna perfil para o programa devido a condição financeira deles, tive que arrumar um emprego pra me sustentar, ou voltar pra casa em São Paulo.” (Informação Verbal²)

Outra aluna diz que as assistentes sociais que atuam no processo seletivo não possuem um critério único para a seleção dos alunos:

“Eu e minha irmã temos a mesma situação de vulnerabilidade socioeconômica, residimos na mesma casa com nossos pais, porém fomos atendidas por assistentes sociais diferentes, que consideraram nossa documentação diferentes, uma delas não aceitou minha solicitação, e a da minha irmã foi aprovada de imediato sendo os mesmos documentos”. (Informação Verbal³)

Outra questão conflitante é o critério da moradia, onde alguns locais são considerados longe do campus, e conseqüentemente de difícil acesso para o estudante, merecedor do auxílio ou vaga na CEU - Casa do Estudante Universitário. Aparentemente, não existe uma análise de casos específicos, como o de um aluno que diz ser morador de Brazlândia: como a cidade faz parte do Distrito Federal, e não é considerado área rural, o aluno não tem direito ao auxílio:

“sempre acordo muito cedo pra vir pra faculdade isso é um desgaste no meu rendimento, quando peguei matéria a noite tinha duas opções, ou dormir na casa de alguém que morasse perto da UnB, ou ia pra rodoviária 23 hrs pra chegar na minha casa quase 1:30 da manhã, moro no DF mas a minha casa é muito longe da faculdade, essa dificuldade já me fez querer desistir do curso várias vezes.” (Informação Verbal⁴)

É evidente que existem falhas no critério de seleção dos alunos para participação dos programas de Assistência Estudantil, o perfil do aluno mudou bastante desde que as normativas foram criadas, provavelmente os estudantes que precisam do auxílio moradia, por exemplo, vinham de outros estados, e não das cidades satélites. Essa mudança no perfil do estudante é bastante visível no curso de Arquitetura e Urbanismo, que tinha uma certa “classe social dominante”, um perfil de aluno específico o que nos últimos tem se transformado.

2 Declaração de uma estudante da FAU-UnB, durante uma roda de conversa em 2018.

3 Declaração de uma estudante da FAU-UnB, durante uma roda de conversa em 2018.

4 Declaração de um estudante da FAU-UnB, durante uma conversa informal com a autora em 2018.

O Protagonismo Estudantil na FAU-UnB.

A pesquisa de Brasil (2016), voltada para a área de educação, especificamente para o Ensino de Arquitetura e Urbanismo e o Plano Pedagógico na FAU-UnB, com o objetivo de expressar a opinião dos alunos a respeito da temática; coletou dados que mostram a perspectiva do aluno da FAU a respeito do método de ensino utilizado. Após a análise dos resultados a autora constatou a inconformação dos alunos a respeito desse método (BRASIL, 2016). No âmbito da UnB, os anos de 2016 e 2018 foram marcados por ações conjuntas de alunos, movidos pela insatisfação com o método de ensino e com a falta de investimento para a educação. Brasil (2016), constatou que apesar de haver muitas discussões a respeito do tema, entre professores, técnicos, diretores e secretários, a perspectiva do aluno nem sempre é considerada, apesar de o aluno ser o principal usuário da instituição, e quem está passando pelo processo de formação profissional para atuar como Arquiteto e Urbanista.

Além de demonstrar a perspectiva do aluno de em relação a FAU- UnB, de acordo com o Plano Pedagógico e o ensino da faculdade, a pesquisa apresenta dados bastante relevantes em relação à essa perspectiva, obtidos através de um questionário que foi respondido por estudantes egressos da FAU-UnB. Uma das questões buscou compreender se o curso de arquitetura atendia às expectativas dos alunos, mais de 80% dos respondentes declararam que o curso não atendia totalmente às suas expectativas. Sobre a saúde dos estudantes de arquitetura: dos 259 alunos que responderam, a grande maioria (91,1%) afirma que o curso interfere na sua saúde de alguma forma (BRASIL, 2016).

Outro ponto importante que aparece nos resultados da pesquisa é o desconhecimento dos alunos a respeito da extensão universitária: metade dos participantes responderam desconhecer ou não praticar nenhuma atividade de extensão curricular na FAU-UnB. É importante ressaltar que realmente seja considerada a opinião do corpo discente da faculdade, destacar a importância do protagonismo estudantil, que é de fato a parcela da universidade que conhece e que usufrui do serviço prestado pela Faculdade. Essa escuta pode apontar onde estão as lacunas deixadas pelo método de ensino atualmente utilizado na faculdade, e somada à opinião dos servidores, pode contribuir para a melhoria do ensino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

As Ocupações da FAU-UnB

No ano de 2016, a mobilização estudantil revelou a péssima situação da educação no país. Várias manifestações e ocupações ocorreram devido às novas propostas do governo para a educação. Dentre as propostas que originaram essas manifestações estão: A PEC 241, conhecida como “PEC do teto de gastos” e transformada na Emenda Constitucional 95; o Projeto de Lei 44, também conhecido como “Escola sem Partido”; e Medida Provisória nº 748/2016 do “Novo Ensino Médio”.

Em torno dessas pautas estudantes universitários e secundaristas de todo o país, mobilizaram-se na tentativa de barrar a aprovação dessas propostas e medidas de governo, ocupando várias instituições de ensino, como escolas públicas, Institutos Federais e Universidades Federais, com apelo por mais investimento e melhorias nas condições para alunos e professores, melhorias na merenda e na infraestrutura escolar. Todo o processo de ocupação ocorreu devido a articulação entre representantes de grêmios estudantis de diversas instituições de ensino e professores da rede pública de educação, com o objetivo de união do movimento estudantil com pauta única: a melhora da educação brasileira contra a PEC 241 (Fig. 3).



Figura 3: Manifestação
contra a PEC 241
em Brasília DF
Fonte: Jornalistas livres
- Dezembro, 2016

Algumas instituições obtiveram sucesso em reivindicações internas específicas, para melhoria, por exemplo das salas de aula, de reforma em quadra esportiva, ou de melhoria da merenda escolar, ainda que a PEC 241, atual EC 95, considerada autoritária e ausente diálogo com a sociedade, tenha sido aprovada. No ano de 2018, vários alunos ocuparam novamente as instituições de ensino, devido aos efeitos do contingenciamento. No caso da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, foi deliberado em assembleia estudantil a greve dos alunos e a ocupação da Faculdade. Com impactos ainda maiores do que os previstos, a PEC 241, com vigência a partir de 2017, gerou vários problemas na administração da Universidade, e uma grande parte dos funcionários terceirizados foram demitidos, porteiros, seguranças, funcionários de serviços gerais, como manobra de contenção de gastos para continuidade de funcionamento da UnB, que foi um dos principais motivos para a reocupação dos espaços.

Uma nova proposta de ocupar a faculdade foi feita, com o objetivo principal de levar os conhecimentos acadêmicos adquiridos durante a graduação para fora das salas de aula, para quem realmente precisa: a sociedade. Nesse contexto, o protagonismo estudantil na FAU-UnB ganha força, no momento em que os alunos se unem para reivindicar mudanças no método de ensino e no currículo da Faculdade. Foram propostas aulas públicas, mais visitas às comunidades, reformulação das matérias de projeto, para que se fizesse trabalhos que atendessem a realidade da sociedade, e não apenas projetar utopias; maior integração entre as matérias e maior integração com a realidade da profissão com a extensão universitária.

Tais propostas, no entanto, não obtiveram sucesso, devido à falta de interesse por parte da maioria do corpo docente⁵ da Faculdade, entretanto a vontade dos alunos de ampliar a extensão universitária no currículo da Faculdade prevalece. O papel da extensão universitária é primordial para a aprendizagem, na qual pode ser colocado em prática todo conhecimento adquirido durante as aulas. Essa prática pode gerar um impacto bastante positivo na sociedade, que recebe serviços prestados como retribuição social.

Dessa forma há um ganho mútuo entre universidade e sociedade rompendo com o distanciamento entre a prática, o ensino e a técnica, contribuindo com o processo de formação e produção de conhecimento. Por outro lado, a prática extensionista requer certa flexibilização curricular que possibilite essa troca de saberes e transformação social, fazendo necessário repensar o plano político pedagógico das Universidades. Concordamos com Boaventura de Sousa Santos (2008) a respeito do significado que a extensão universitária, sendo concebida como uma forma alternativa ao funcionalismo imposto pelo capitalismo global, deve adquirir em um futuro próximo. Para o autor dar centralidade às atividades de extensão, requer

5 Importante destacar que alguns professores apoiaram as ocupações

transformações nas carreiras docentes e nos currículos, e atribui às Universidades “uma participação ativa na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural.” (SANTOS, 2008, p.66).

É preciso pensar em mudanças na educação e estar preparado para as suas implicações tanto para as instituições de ensino e principalmente para o corpo discente das universidades. Assim como afirma Santos (2008) “A universidade é um bem público intimamente ligado ao projeto de país” (Idem. p.103), corroborando essa afirmação e com base na luta dos estudantes que tomaram conta do país nos últimos tempos, podemos afirmar que precisamos de um plano de país priorize a educação.

Como os Alunos da FAU, Pertencentes ao PNAES Avaliam o Ensino de Acordo Com as Suas Particularidades.

Devido às particularidades dos alunos vulneráveis socialmente, muitos deles possuem defasagem na educação de base e dificuldade de aprendizagem. Por esse e por outros motivos, esses alunos podem enfrentar maiores obstáculos durante a graduação em comparação aos demais. É preciso, pensar em medidas que possam de alguma forma minimizar esses impasses. Para tanto, é fundamental buscar informações relativas à quantidade de alunos da FAU UnB pertencentes ao PNAES, destacando a perspectiva destes alunos, a respeito do método de ensino utilizado na faculdade, e assim identificar as problemáticas que os alunos de maior vulnerabilidade social enfrentam durante a graduação.

Em se tratando da FAU-UnB, pode-se dizer que o fato do curso exigir uma prova de habilidade específica em desenho para o ingresso do estudante, independentemente de seu desempenho no vestibular, PAS ou ENEM já se torna um elemento dificultador para estudantes que não têm acesso a cursos de desenho. Além do mais, o fato do aluno ser aprovado na prova de habilidade específica não é um parâmetro para nivelamento das turmas, já que muitos alunos apresentam muita dificuldade com o desenho à mão livre, ou não têm essa habilidade.

Com a finalidade de compreender o método de ensino da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB, no âmbito da pesquisa “PRECISAMOS CONVERSAR SOBRE ENSINO NA FAU-UNB: o Projeto Político Pedagógico, o NDE, a inserção curricular da Extensão sob a perspectiva do aluno”, foi elaborado um questionário através da plataforma Google Forms, contendo 37 perguntas voltadas para a questão do ensino na FAU-UnB, sendo 10 específicas para alunos pertencentes ao PNAES. Nesse último caso, buscou-se através do questionário entender até que ponto o método de ensino da FAU está adequado aos alunos pertencentes ao Programa de Assistência Estudantil e compreender o ponto de vista do estudante e suas demandas para que o curso esteja cada vez mais apropriado para estes alunos e conseqüentemente se tornar mais inclusivo e menos elitista. O questionário foi disponibilizado para que os estudantes pudessem responder a partir do dia 26 de abril de 2020, e recebeu respostas até 26 de maio de 2020, obtendo um total de 181 respostas.

O perfil do estudante, traçado a partir dos resultados demonstram que grande parte do corpo discente é formado por mulheres cisgênero com um percentual de 70,3%. Em relação ao ingresso dos estudantes na FAU, 63,7% dos respondentes afirmaram que não entraram por sistema de cotas na universidade, enquanto 36,3% afirmaram integrar algum tipo de cota. Mais da metade dos alunos estão matriculados no período diurno totalizando 58,1% dos respondentes, e 41,9% no período noturno.

Infere-se dos dados apresentados no gráfico 2 da figura 4 que 41% não consideram o ensino da FAU-UnB bom ou ótimo, revelando certa insatisfação desses alunos com o ensino da Faculdade o qual consideram ruim (8%) ou regular (33%). Na tentativa de mapear os problemas relacionados ao curso que geram a insatisfação dos os alunos, foram apresentadas algumas opções que recorrentemente aparecem como problemáticas do curso de arquitetura e urbanismo da FAU-UnB. Verificou-se, que grande parte dos alunos que responderam ao questionário afirmam que o curso exige cargas de trabalho excessivas resultantes da falta de integração entre as matérias, entre outros pontos relevantes apresentados no gráfico 1 (Fig.4).

Esse é um ponto em comum para os alunos cotistas e os não cotistas, pode-se observar que essa questão é recorrente em várias observações deixadas pelos alunos ao optar pela opção “outros” como consta no relato a seguir:

“É necessário uma maior integração das matérias para que o ensino se caracterize multidisciplinar como o curso é descrito. Perde-se muito tempo com projetos individualizados quando um único projeto poderia abranger diversas áreas do conhecimento em Arquitetura.”

Outro aluno relaciona a falta de integração com a excessiva carga de trabalhos e o tempo que perde por conta da distância entre o local onde reside e o campus em que estuda:

“Outros dois problemas cruciais são a falta de integração entre as disciplinas e o distanciamento entre o ensino e a realidade do mercado de trabalho, que prejudicam a todos os estudantes, e principalmente àqueles que têm de trabalhar para conseguir seu sustento e, por isso, enfrentam dificuldade com relação a tempo para participar dos estágios, onde esse distanciamento é um pouco atenuado.”

Outro ponto a ser destacado se refere à bagagem cultural dos estudantes. Quando perguntado se o estudante considera que a sua bagagem cultural se equipara à dos demais, 66,5% dos estudantes responderam que não. A mesma pergunta, observada apenas para o grupo de estudantes que são cotistas, tem uma porcentagem maior de estudantes que não acreditam que a sua bagagem cultural se equipara à dos demais estudantes, chegando a 78,5%. É importante destacar que o grupo de professores e estudantes que realizaram a pesquisa valorizam as habilidades de cada estudante da FAU-UnB, independente da “bagagem cultural”, bem como admiram a resiliência desses estudantes e o potencial para gerar a transformação da realidade social que possuem.

Outro fator muito importante para a discussão a respeito do método de ensino é a saúde mental dos alunos da FAU. A grande maioria dos alunos (78%) acreditam que o curso compromete de alguma forma a sua saúde mental, 17% afirmaram que “talvez” e 5% afirmaram que “não”. Nos relatos dos estudantes muitos declararam o aparecimento ou agravamento de problemas de saúde mental após entrar na Faculdade.

Além disso, 92,2% das pessoas assumiram ter “virado noites” por causa de trabalhos acadêmicos e 98% dos respondentes acreditam que “virar noites” seja prejudicial à saúde mental. Os dados expõem a situação da FAU-UnB, um problema que não pode mais ser ignorado ou visto com normalidade, a maior parte dos alunos afirmam que esses distúrbios de saúde são adquiridos principalmente pela demanda de trabalhos excessivos, pelos métodos avaliativos de caráter exclusivo e competitivo, e espaços para descanso e estudos desconfortáveis, como podemos observar no gráfico 6 da Figura 4.

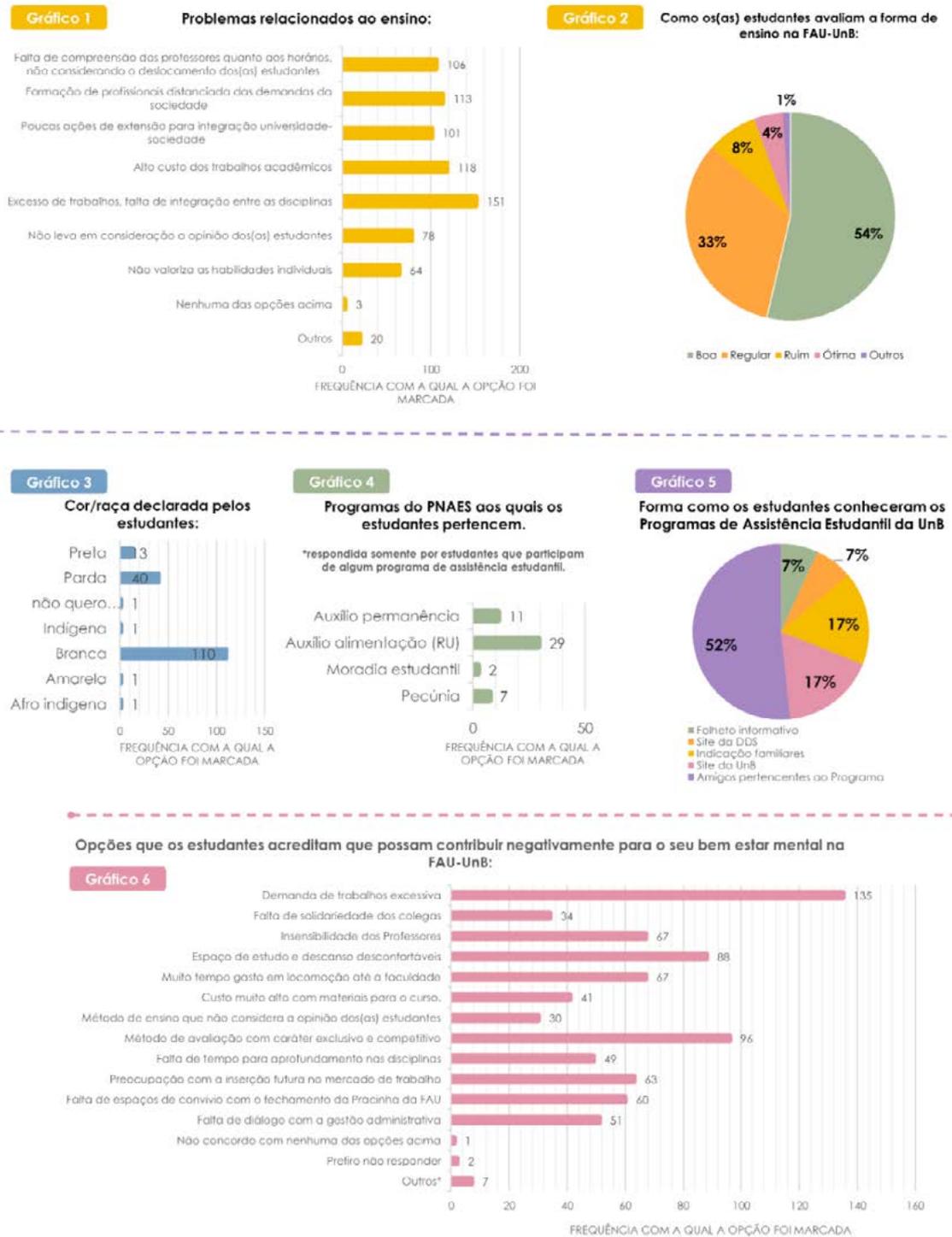


Figura 4: Sequência de Gráficos 1.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Questionário Vida estudantil - Qualidade do ensino, programas de assistência estudantil e questões de saúde mental, 2021.

É importante salientar que segundo os estudantes, a faculdade não sabe lidar com problemas de saúde mental, sendo essa afirmativa correspondente à 82,1% das respostas quando perguntados “Você considera que a FAU-UnB sabe lidar com problemas de saúde mental?”, já 17,3% afirmam que a FAU sabe lidar com esses problemas de forma parcial.

Em relação ao PNAES, apenas 16,2% dos alunos afirmam pertencer ao Programa, 8,4% afirmam que, embora não pertençam ao programa, precisam e 73,2% dos alunos declararam não pertencer ao PNAES. O que mostra como a FAU ainda possui uma certa desigualdade no corpo discente, sendo poucos alunos de vulnerabilidade socioeconômica a terem acesso a essa área de atuação profissional, sendo afirmando como um curso ainda elitista e majoritariamente branco: em 58,1% das respostas os estudantes se autodeclararam brancos, 29,6% pardas e 8,9% pessoas se autodeclararam pretas (Gráfico 3 - Figura 4). Dos alunos que pertencem ao PNAES, a maior parte pertence ao Programa de alimentação (RU) e em seguida vem o auxílio permanência, como no apresentado no gráfico 4 da figura 4.

Outra questão tratou da dificuldade dos estudantes para conseguirem participar dos programas de Assistência, muito provavelmente devido à dificuldade em comprovar que são alunos de vulnerabilidade social: 65,5% dos respondentes afirmaram que obtiveram alguma dificuldade no processo seletivo para se tornar pertencente ao PNAES. Vale lembrar que essa questão foi respondida somente por estudantes que já participam do programa.

Mais da metade dos estudantes (51,7%) que participam do PNAES respondeu que os auxílios não são satisfatórios para a permanência no curso de Arquitetura o que ocorre, como pudemos observar de acordo com as declarações dos mesmos, em virtude do alto custo de materiais, da necessidade de ter um notebook próprio para otimização do tempo gasto em trabalhos, da distância entre o campus e a cidade onde residem, entre outros fatores. Além disso, ao serem perguntados se consideram o ensino da FAU-UnB adequado à realidade de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, 69% das respostas apontam que o ensino não está adaptado à realidade dos estudantes nesse contexto.

É urgente que a Faculdade esteja preparada para lidar com esses alunos, que possuem vivências diferentes das dos demais por várias questões sociais a que estiveram submetidos, também durante seus processos de aprendizagem. Existe uma defasagem por parte desses alunos que é real e que precisa ser analisada e levada em consideração no processo de ensino e avaliação, para que a aprendizagem seja efetiva, e a sua formação completa. Essa diferença social interfere diretamente no rendimento acadêmico destes alunos, como podemos observar no relato abaixo, e em outros presentes na pesquisa:

“Considerar que o curso está mudando o seu caráter de perfil elitizado e que novas abordagens de ensino que tenham ações mais inclusivas e acessíveis. As práticas de projeto, por exemplo, continuam com exigências que demandam de seus alunos não apenas tempo a mais, como o uso de materiais que os mesmos não podem acessar. Não existe um acompanhamento dos estudantes que estão nesse quadro de vulnerabilidade e que poucas vezes se sentem capazes de continuar ou produzir algo “na qualidade” dos demais colegas”

As respostas deixadas pelos estudantes participantes do PNAES em uma seção aberta, que perguntava qual a sugestão do estudante para a melhoria do ensino da faculdade considerando as particularidades do estudante em vulnerabilidade socioeconômica, evidenciam a necessidade de mudança da FAU, e adaptação da metodologia levando em conta realidade destes alunos.

A disparidade de acesso a recursos e tecnologias é nítida, a diferença na educação de base e na bagagem cultural dos alunos é algo que vem ganhando continuidade no ensino superior. Alunos que oriundos da rede pública de educação muitas vezes possuem dificuldades no aprendizado, muitos possuem ainda uma

defasagem em relação a capacitação extracurricular que muitos outros alunos da FAU possuem. Entre outros relatos de como essa diferença social interfere diretamente no rendimento acadêmico destes alunos, podemos destacar:

“exatamente analisar cada caso de maneira singular, dar devido atenção aos alunos de assistência entendendo que cada um vem de lugares vulneráveis, com base escolar prejudicadas devido a precariedade no ensino público e as dificuldades de inserção em um espaço elitizado”

Também podemos observar nesta outra resposta o descontentamento do aluno referente à questão de custos de materiais e tempo gasto em transportes:

“Não exigir materiais caros para maquetes e alguns outros trabalhos, deixar o estudante mais a vontade para usar materiais que tem em casa, reciclados e etc. (Usar a criatividade). Não exigir certa marca de papel e etc também. Ser mais compreensível quanto aos atrasos, alguns professores exigem que o aluno chegue 8h chegando até a fazer a chamada nesse horário.”

O gráfico 7 apresentado na figura 5 apresenta as iniciativas consideradas pelos alunos pertencentes ao PNAES como necessárias para a sua permanência no curso, um dos tópicos mais considerados como necessários pelos estudantes é a capacitação em programas de Software, o que evidencia a necessidade de domínio desses recursos em relação à demanda do curso e uma possível incompatibilidade de saberes entre alunos vulneráveis e não vulneráveis, como podemos verificar no relato de um dos estudantes:

“Obs: como um aluno de baixa renda paga cursos de software nível básico de 600 reais se mal pode arcar com despesas diárias e como ele poderia competir com o nível de aptidão de software com outros alunos que fazem diversos cursos por fora?”

É incontestável a necessidade de mudança na estrutura da Faculdade, tanto quanto a meios físicos como a meios administrativos e comportamentais, por parte do corpo administrativo e docente. O gráfico 7 apresentado na figura 5 expressa de acordo com a opinião de todos os estudantes que participaram do questionário, algumas medidas que poderiam trazer benefícios para o bem estar de todos os estudantes durante o período de graduação.

A maioria dos estudantes acredita que a integração das disciplinas visando a diminuição da carga horária de trabalhos seria uma ótima contribuição para o bem estar na FAU. A oferta de cursos de softwares, sistema estruturais e de metodologias de projeto, também seria um fator determinante para melhorar o dia-a-dia na graduação, visto que muitos alunos precisam perder mais tempo para aprender de forma individual e extracurricular a utilizar estes softwares, tempo esse que poderiam estar utilizando para produzir para as próprias disciplinas, ou para o auto-cuidado.

De acordo com a pesquisa realizada pela DDS, em 2017 quase 70% dos estudantes que afirmaram já ter ouvido falar do programa, o conheceram por amigos, conhecidos ou por alguém que faz parte do PNAES, o que chama a atenção a defasagem da divulgação institucional (DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017). Pode-se afirmar que, ao menos no que diz respeito ao contexto da Faculdade de Arquitetura, o conhecimento dos estudantes sobre as políticas do PNAES continua acontecendo através dos colegas. Como mostra o gráfico 9 da figura: 6, 51% dos alunos que participam do PNAES e responderam ao questionário tiveram conhecimento dos programas oferecidos pela DDS por algum amigo pertencente ao programa.

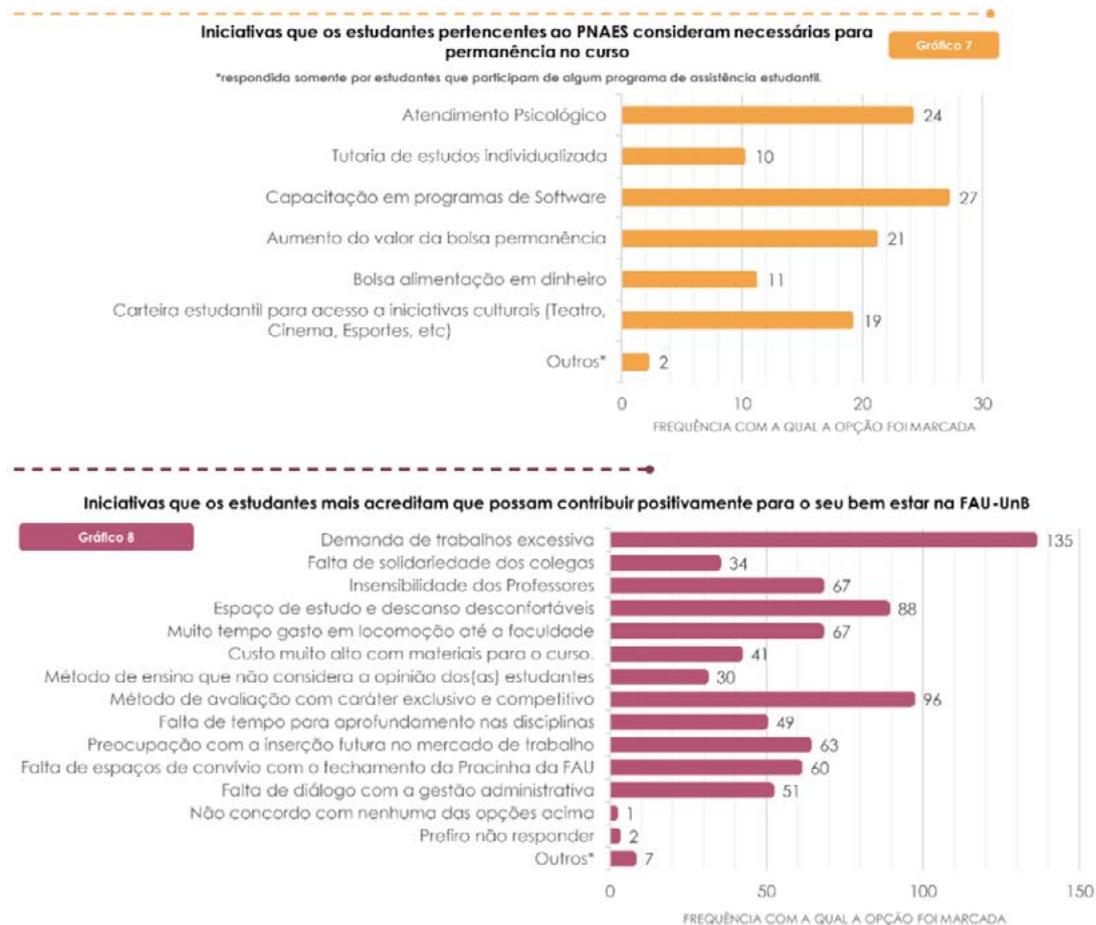


Figura 5: Sequência de Gráficos 2.
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Questionário Vida estudantil - Qualidade do ensino, programas de assistência estudantil e questões de saúde mental, 2021.

É notório que algo precisa ser feito algo para que a divulgação dos programas seja mais efetiva, e que tenha maior alcance. Uma das propostas seria a criação de uma cartilha ilustrada, contendo informações a respeito de todos os programas que a DDS oferece para alunos socialmente vulneráveis, alunos que apresentam particularidades e que necessitam de amparo para a permanência e conclusão da graduação na Universidade.

A ideia surge da necessidade de melhor divulgação destes programas como um suporte para a plataforma institucional da DDS, fornecendo estes panfletos para todos os alunos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, na semana de início do período letivo e anteriormente a abertura dos editais para o processo seletivo da DDS, para que todos conheçam o PNAES, os critérios para participar dos programas, informações sobre o processo seletivo, documentações necessárias para a inscrição e todas as informações relevantes para a participação do aluno no PNAES.

Assim como aponta José Pacheco (2019), ensinar não trata-se de englobar todos como um só, mas é esse o método que atravessa os anos e ainda perdura em pleno século XXI, quando as universidades ainda insistem no sistema arcaico de ensino o qual universaliza o método de aprendizado, não considerando as particularidades de cada indivíduo, sem preocupação com o meio em que está inserido e com suas vivências (PACHECO, 2019).

Os resultados obtidos apontam a universalização do ensino como um dos grandes erros cometidos pela Faculdade de Arquitetura, principalmente no que diz respeito aos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica, inseridos em um curso elitizado, onde essas diferenças se destacam e impactam diretamente no aprendizado dos alunos. Reafirmamos a necessidade de mudança, principalmente no âmbito de ensino para vulneráveis, onde incontestadamente se observa as diferenças de base educacional e de renda.

No que se refere aos trabalhos excessivos do curso, precisamos considerar a falta de renda para se capacitar e estar no mesmo nível dos demais alunos, a falta de condições financeiras para dispor de materiais caros e computadores pessoais, o tempo gasto em locomoção devido a distância de onde residem para o campus em que estudam. Todos esses pontos mostram a disparidade de realidade do corpo discente da FAU-UnB.

É inegável que o ensino precisa de modificações tanto na grade curricular, como apontam os alunos, sobre a integração das matérias, como na didática dos professores que permanece a mesma de anos atrás. É imprescindível ainda uma atuação da direção e da administração da faculdade de maneira mais democrática, que considere a opinião dos alunos.

Algumas sugestões realizadas pelos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, foram destacadas na figura 6, e em sua maioria tratam de questões voltadas para o método de ensino. Os relatos revelam também as necessidades diárias que esses alunos enfrentam como tempo de deslocamento para as aulas e a dificuldade em carregar muitos materiais pelo trajeto, flexibilização de entregas que exige um formato específico do qual o aluno não tem acesso ou condição financeira de custear, oportunidades de acesso à cultura, entre outros já citados e que devem ser considerados para um ensino inclusivo.

Sugestões de caráter financeiro	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivos em dinheiro para os estudantes que precisam, para a realização de trabalhos que demandem algum valor maior.
Sugestões de ensino	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Flexibilização dos formatos de entrega dos trabalhos e assistência estudantil individualizada ▪ Revisão nas formas de entrega dos trabalhos acadêmicos, especificamente das disciplinas da Cadeira de Projeto e Urbanismo, utilizando as diversas tecnologias disponíveis para evitar gastos excessivos. ▪ Ter cotas para esses alunos em atividades realizadas na FAU, como pé na estrada, casas... ▪ Não exigir materiais caros para maquetes e alguns outros trabalhos, deixar o estudante mais a vontade para usar materiais que tem em casa, reciclados e etc. (Usar a criatividade). Não exigir certa marca de papel e etc. Também ser mais compreensível quanto aos atrasos, alguns professores exigem que o aluno chegue 8h chegando até a fazer a chamada nesse horário. ▪ Carteirinhas para mais acesso à cultura e lazer, aquisição e distribuição de cursos, programas de Software referentes ao curso de arquitetura e urbanismo. ▪ Maior integração entre disciplinas e menor demanda de trabalhos
Sugestões de modificação do espaço físico	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Organizar armários para que pessoas que moram longe se sintem seguro em deixar suas coisas no mesmo. ▪ Se a faculdade possuísse uma plotter, espaço que pudéssemos pelo menos imprimir nossos trabalhos de graça ou a um custo bem menor, já ajudaria muito

Figura 6: Considerações Feitas Pelos Alunos Para o Caso Específico do Aluno da Assistência Social. Fonte: Questionário Vida estudantil - Qualidade do ensino, programas de assistência estudantil e questões de saúde mental, 2020.

Considerações finais:

A necessidade de continuar investigação acerca do ensino de Arquitetura e Urbanismo e do Projeto Político Pedagógico da FAU, após o trabalho elaborado por Brasil (2016), foi o ponto de partida para a pesquisa apresentada neste artigo. No fim do ano de 2016, a mobilização estudantil revelou a péssima situação da educação no país, corroborando a necessidade de um aprofundamento na pesquisa. As manifestações realizadas pelos estudantes, em reação às propostas do governo para a educação, cortes de gastos e aos efeitos do contingenciamento deram força ao protagonismo estudantil, que ganhou espaço para reivindicar mudanças também no método de ensino e no currículo da FAU-UnB e exigir a inclusão da extensão universitária, importante eixo do tripé institucional (ensino, pesquisa e extensão) que colabora não somente para a formação política dos estudantes como para o exercício da função social da profissão, contrapondo às ideologias negacionistas e conservadoras que têm ocupado espaço no governo brasileiro nos últimos anos.

A Partir desse ponto o Edital Vida Estudantil surgiu com o objetivo de destacar a perspectiva dos alunos a respeito da metodologia de ensino atualmente utilizada, e no caso específico deste trabalho, discorrer sobre as questões envolvidas na trajetória acadêmica para os alunos vulneráveis socialmente.

Conforme os resultados desta pesquisa, foi possível levantar as problemáticas no ensino que o estudante vulnerável socialmente, pertencente ao PNAES perpassa durante a sua graduação. É incontestável, a partir do que foi levantado, a necessidade de mudança na estrutura da Faculdade, tanto dos meios físicos como por meios administrativos e comportamentais, por parte da direção e principalmente por parte dos professores. O estudo evidenciou como a FAU-UnB e, de certa forma, o ensino brasileiro peca em mecanismos de identificação de dificuldades dos alunos. Sobretudo no que diz respeito às necessidades financeiras e emocionais dos estudantes, sendo assim, é preponderante que se desconstrua métodos avaliativos os quais possam atingir a saúde mental dos estudantes, bem como comprometer a sua permanência no curso de Arquitetura e Urbanismo.

O PNAES é um programa de suma importância para os alunos vulneráveis socioeconomicamente, e funciona como objeto garantidor de reparo contra as desigualdades sociais de ingresso no ensino superior, criando condições que contribuem para a permanência destes alunos nas instituições de ensino, melhorando a qualidade de vida e conseqüentemente a sua trajetória acadêmica. Um programa que precisa de mais investimento para que possa continuar a dar oportunidades para aqueles que dificilmente conseguirão atingir um nível social e de qualidade de vida sem o auxílio devido. Juntamente com a manutenção desse auxílio é importante que ele seja divulgado de forma eficiente, tanto por plataformas digitais como por meios físicos.

A tradicional elitização é fator central no empecilho para o ingresso da camada mais baixa nas universidades. Se tratando do ensino em Arquitetura, as desigualdades sociais se sobressaem e os alunos de camadas inferiores por sua vez são desmerecidos pela falta de acesso à mecanismos fundamentais na formação do arquiteto. Com isso, a falta de integração curricular entre disciplinas oferecidas pela Faculdade corrobora na manutenção dos desafios causados pela desigualdade.

Pode-se dizer que, entender a situação básica dos estudantes de baixa renda na sua singularidade e desconstruir burocracias que favorecem minorias privilegiadas são fatores fundamentais na transformação da educação, além da reformulação do currículo para um ensino multidisciplinar integrado e por consequência, mais inclusivo e do incentivo à manutenção e permanência de grupos extensionistas que

valorizam o protagonismo estudantil e aproximam os estudantes da realidade social, a exemplo do grupo Periférico e do EMAU-CASAS, atuantes na FAU-UnB.

Referencias bibliográficas

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO. Novos Perfis e Padrões de Qualidade para os Cursos de Arquitetura e Urbanismo: do Projeto Pedagógico às Atribuições Profissionais. **Caderno ABEA 32**. João Pessoa: 2008. Disponível em: [32 Caderno ABEA](#). Acesso em maio de 2021

BRASIL, Bárbara Letícia. **Precisamos Conversar sobre Ensino na FAU-UnB: O Plano Pedagógico e a Perspectiva do Aluno**. Ensaio Teórico, 2016.

BRASIL. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Presidência da República, Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2010.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIA. **Legislação PNAES**. Disponível em <http://www.dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/2---Regulamentaes-Federais---Decreto-n-7234_2010-Programa-Nacional-de-Asssitncia-Estudantil---PNAES.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2020.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL UNB. **Editais**. Disponível em: <<http://www.dds.dac.unb.br/index.php/editais-ano-2019>> Acesso em 21 janeiro de 2020.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório Consolidado PNAES**. 2017. Disponível em <http://www.dds.dac.unb.br/images/Relatorios-DDS/Relatorio_Preliminar_Consolidado_PNAES_2017.pdf> Acesso em 15 de dezembro de 2019.

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Relatório de Gestão da DDS - 2016 e 2017**. 2018. Disponível em <<http://www.dds.dac.unb.br/images/Documentos-DDS/Relatorio de Gesto da DDS - 2016 e 2017.pdf>>. Acesso em 15 de dezembro de 2019.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

JORNALISTAS LIVRES - **A covardia da polícia e a inocência dos estudantes- Por Lula Marques**. Disponível em: <https://bityli.com/klmnc>. Acesso em 06 março de 2020.

PACHECO, José. **Inovar é assumir um compromisso ético com a educação**. 1a Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

BRASIL. PORTARIA NORMATIVA Nº 39, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007. **Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf> Acesso em 20 de dezembro de 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório de Desenvolvimento Humano: Desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI**. Disponível em <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf> Acesso em 21 de janeiro de 2020

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma Universidade Nova.** 3º Edição. Cortez Editora, 2008.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. Dissertação (Mestrado em Educação)** — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/FAEC-84VHVQ>> Acesso em 21 janeiro 2020.

Autoras

Suene Gomes Cardoso. FAU-UnB, e-mail: cardososuene321@gmail.com. Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Thaylla Santos Damasceno. FAU-UnB, e-mail: damascenothaylla@gmail.com. Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UnB.

Liza Maria Souza de Andrade. FAU-UnB, e-mail: lizamsa@gmail.com. Professora da FAU-UnB e do PPGFAU-UnB. Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGFAU-UnB (2014).

Ana Luiza Aureliano Silva. PPG-FAU, e-mail: alaurelianosilva@gmail.com. Doutoranda do PPGFAU-UnB. Mestra em Geografia pelo PPGGeog-UFSJ (2018).